

A soberania ofendida

07 MAI 2002

Que nós, os brasileiros, somos muito patriotas não há como negar. Tropeçamos ao cantar o *Hino Nacional*, mas não importa. Desde a Nova República (1985) não se canta obrigatoriamente nas escolas. Era entusiasmo militar. Nossa sensibilidade, quando se trata de soberania nacional, é à flor da pele. Por vezes, porém, nos deixamos confundir com os fatos e a sua percepção adequada e exageramos com reação quase histérica. Assim se deu quando organizações destinadas a orientar investidores do mercado financeiro mundial desaconselharam investir no Brasil em face do crescimento de Lula nas pesquisas.

Se um alto dirigente do FMI elogia o comportamento da economia brasileira – como se deu recentemente – e nos dissocia do desastre argentino, silenciaremos. Mas, quando o Banco JP Morgan ou a Merrill Lynch rebaixam o grau de confiança que o Brasil inspira, exaltam-se os patriotas. Repelem, indignados, a intromissão, que teria o objetivo de minar a candidatura de Lula. A reação do ministro Malan, essa foi em termos adequados. É-lhe natural que empresas responsáveis na comunidade financeira internacional pelo aconselhamento dos investidores façam avaliações dos riscos implícitos decorrentes de políticas econômicas dos países a serem objeto desses investimentos. Isto nada obstante, o ministro preferiria que a “avaliação tivesse sido feita com base nos fundamentos



A dívida externa tem sido – não só para o PT – um tema de exacerbação nacionalista

econômicos”.

Distinta é a reação emocional, que pretende ignorar o jogo pragmático do mercado financeiro mundial, onde a regra é a especulação que vive da instabilidade geradora de lucros e prejuízos. O economista Luciano Coutinho, no fim do ano passado, em palestra no Centro de Integração

Empresa-Escola (Ciee), em São Paulo, a respeito da crise argentina, disse que quem a decretou foram os bancos internacionais. “A Merrill Lynch aconselhou: fujam da Argentina. Estamos liquidando a carteira argentina, reduzindo a brasileira e elevando a russa, porque a Rússia é grande exportadora de petróleo e, mesmo com todos os seus problemas, apresenta hoje enorme superávit cambial”, observou. Não parece ter irritado os arraiais patrióticos. De fato, ao fim do ano, o superávit russo beirou os US\$ 50 bilhões. O nosso não passou de US\$ 2 bilhões.

Ora, o Brasil, a despeito do elogio que recebe do FMI, tem alto déficit crônico de conta corrente, daí por que precisa de capital estrangeiro para cobri-lo, gostem ou não disso certos nacionalistas exaltados. Se um candidato a presidente da República, com remota chance de vencer, defende um programa socialista radical, não causa apreensão à Wall Street. Se pode chegar a presidente e tem um perfil estatizante, não é o regime político que causa preocupação aos investidores, mas projetos em ser do seu programa e do seu perfil histórico, e não o

que lhe veste o marqueteiro com vista às urnas. O PT tem uma história de contestação ao pagamento da dívida externa. Lula, sem chegar a isso, tem defendido a necessidade da sua renegociação. Natural que os bancos analisem suas declarações, que riscos implícitos há ou pode haver para investidores. No caso presente, a recomendação foi restrita aos títulos da dívida externa do Brasil (C-bond) procurados no mercado internacional, atraentes pelo deságio em relação ao valor de face.

Ora, a dívida externa tem sido – não só para o PT – um tema de exacerbação nacionalista. Os clérigos da Teologia da Libertação dizem, do alto de seus conhecimentos profundos, que já pagamos essa dívida muitas vezes. Perguntou-se num plebiscito, às portas das igrejas, se a dívida deve continuar sendo paga. O resultado foi maciçamente contrário ao pagamento. Isso não interessou à Merrill Lynch e ao Morgan, mesmo quando a associação da grande maioria de uma confissão religiosa com o PT é indesmentível e pode sugerir identidade de pensamento. Quando, porém, é o próprio candidato que prega, não o calote, mas a renegociação da dívida, isso lhes interessa diretamente para a recomendação que farão aos investidores seus consulentes nesse mercado especulativo.

Poder-se-ia inverter o problema. Ele não está em Lula, mas em Serra, de quem não esperam os bancos internacionais grandes mudanças. A estagnação dele, nas pesquisas, gera a dúvida de mudança relacionada com o histórico do candidato socialista emulo de Fidel Castro. Que Lula defenda – como tem defendido – a necessidade de uma auditoria da dívida externa, certamente não

afeta a conduta da Merrill Lynch, dos Morgan et tutti quanti. Pouco se lhes dá quem desviou para seus bolsos os empréstimos contraídos na dívida. Seria oportuno, por sinal, que isso fosse feito.

No período militar, nossa economia, que ia muito bem, sofreu os dois choques do petróleo. Passamos a pagar o que Eugênio Gudin chamou de “resgate para os árabes da Opep”. Surgiu o dilema: paralisar o País ou endividar-se para aplicar recursos em projetos reprodutivos que pagassem a dívida. Aí estão as grandes hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, as rodovias nacionais pavimentadas, o aumento da produção da Petrobrás, a do aço em sexto lugar no mundo, o Proálcool, o Projeto Carajás, os metrô do Rio e São Paulo, os aeroportos e a petroquímica. Até hoje ninguém provou o descaminho dos empréstimos. Se a auditoria provar, que os ladrões sejam postos na cadeia. É assunto interno, todavia. Wall Street não se alarmou quando Tancredo disse: “Não se pode pagar a dívida com a fome do povo.” O histórico dele tranquilizava. O de Lula, não. Os bancos traduziriam por iminente ameaça de default, o nome inglês eufemista para calote. Essa a diferença, com Serra de permissão, pois não cresce como esperavam os tucanos.

■ Jarbas Passarinho, presidente da Fundação Milton Campos, foi senador (PPB-PA) e ministro de Estado

07 MAI 2002

ESTADO DE SÃO PAULO